SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL: desafios contemporâneos

Edinalva Julio[1]

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago[2]

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre os desafios para objetivação do projeto-ético político profissional na atual conjuntura, em que vivenciamos no Brasil o sucateamento acirrado das políticas públicas e ataque aos direitos humanos e sociais. Esses retrocessos impactam diretamente no trabalho dos/as assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, o que requer reflexão crítica da realidade e o aprimoramento intelectual como uma das estratégias de resistência, fortalecimento e qualificação do trabalho no cotidiano, além da articulação com os movimentos sociais e o conjunto da classe trabalhadora na luta contra a barbárie. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Serviço Social. Ética Profissional. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

This paper seeks to reflect on the challenges for the ethical-political professional project objectification in the current situation in which we experience in Brazil the sharp scrapping of public policies and attack on human and social rights. These setbacks directly impact the work of social workers in the different socio-occupational spaces, which requires critical reflection of reality and intellectual improvement as one of the resistance and reinforcement strategies and the qualification of work in everyday life, as well as the articulation with social movements and the working class as a whole in the fight against barbarism. The methodology used was bibliographic research.

Keywords: Social Work. Professional Ethics. Ethical-Political Project.

[1] Mestranda no Programa de Pós – Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - C*ampus* de Toledo-PR. Assistente Social no Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: dinajulio@msn.com.

[2] Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. Docente do Programa de Pós - Graduação em Serviço Socia l(PPGSS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – *Campus* de Toledo-PR. E-mail: Cleonilda.dallago@unioeste.br.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil vive um período de profundos retrocessos nas políticas públicas, nos direitos sociais, com o avanço do conservadorismo, do radicalismo extremo e perverso que ameaça constantemente os direitos humanos e sociais. Esse panorama coloca-se como um desafio para o Serviço Social no exercício de seu trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e exige maior resistência na defesa dos direitos e do projeto ético- político da profissão.

Além do cenário de precarização das políticas públicas, no início de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública global em razão do novo coronavírus (Covid-19). A alta transmissibilidade e letalidade do vírus fizeram com que o mundo adotasse medidas de restrição e isolamento. No Brasil, na contramão do mundo, o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, negou a gravidade da pandemia, adotando uma postura negacionista e de crítica às medidas recomendadas para evitar a contaminação pelo coronavírus e desmotivando a população a tomar a vacina, considerada pelos estudos a única forma cientificamente comprovada de prevenir casos graves e reduzir mortes em decorrência da Covid.

Em meio a essa crise sanitária que assola o mundo, e mais ainda o Brasil, o objetivo deste estudo é refletir sobre os desafios dos/as assistentes sociais para a objetivação do projeto ético–político profissional em uma conjuntura tão adversa de crise de saúde e de valores humanos e sociais. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, trazendo inicialmente a discussão sobre a ética a partir de uma perspectiva histórica, tendo como referência as obras de Barroco (2005, 2009, 2010). Na segunda parte, apresentamos algumas reflexões sobre ética e Serviço Social e os desafios postos para o exercício profissional.

2 BREVES APONTAMENTOS DA ÉTICA A PARTIR DE UMA CONCEPÇÃO ONTOLÓGICA

O Serviço Social desde sua profissionalização passou por diferentes fases nas dimensões teórico-metodológica e técnico-operativo; períodos que tiveram como embasamento diferentes Códigos de Ética que abalizaram os caminhos da profissão.

O primeiro foi elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) em 1947. Em 1962, foi criado o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e em 1965 foi aprovado o novo Código de Ética, que posteriormente foi reformulado em 1975. Em 1986, tivemos a aprovação de um código que traçou novos valores e princípios para profissão, no qual a classe trabalhadora passa a ter maior atenção pela profissão na defesa de seus direitos. Porém, com a drástica mudança teórica advinda com os estudos e formulação do Código de Ética de 1986, em pouco tempo foi necessário o debate e a revisão do Código de Ética de 1993 pela categoria profissional.

Logo, é importante compreender que a Ética Profissional, não é apenas um conjunto de normas, direitos e deveres a serem cumpridos de forma automática. É necessário apreender concretamente os fundamentos que determinam a ética da profissão, os princípios e os valores que direcionam a profissão e a intervenção profissional.

Conforme aponta Barroco, com seus vastos estudos e produções que abordam o tema da ética,

> A ética profissional é um modo particular de objetivação da vida ética. Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que legitimam a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas, e suas respostas específicas, entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto de sua ação. (2005 p. 67).

Barroco, ainda, afirma que a Ética, para além do conhecimento, da reflexão e sistematização filosófica, é concebida como uma práxis, ou seja, está relacionada a "prática social de homens e mulheres em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexão com as exigências éticas conscientes da generecidade humana" (2010 p. 16).

A ética em seus fundamentos históricos faz parte da construção da natureza humana em seu processo de constituição da sociabilidade. O homem foi se constituindo como ser social através da intervenção na natureza por meio do trabalho

para dar conta de suprir suas necessidades de sobrevivência. Para tanto, foi construindo mediações, ampliando seu domínio sobre a natureza e moldando a sua natureza social e é neste processo histórico que, segundo Barroco, são criadas as condições para o homem se comportar como um ser ético (2010).

Nesse sentido, a ética tem um caráter histórico e faz parte da constituição do homem como ser social em seu processo de sociabilidade, tendo em vista que, à medida que busca as mediações para a transformação da natureza, vai estabelecendo as relações sociais com outros homens, sendo na construção dessas relações que vão se objetivando determinado modo de pensar e agir.

Segundo Barroco (2009, p. 169), “o agir consciente supõe a capacidade de transformar respostas em novas perguntas e as necessidades em novas formas de satisfação. [...] Ao desenvolver sua consciência, o homem evidencia o caráter decisório de sua natureza racional”. Ao agir, o homem necessariamente precisa fazer escolhas, que estão baseadas em juízo de valor entre o que é útil ou inútil, válido ou não válido, entre o que é correto ou incorreto.

A capacidade de escolher livre e conscientemente entre diferentes alternativas de valor permite ao homem a possibilidade de agir eticamente, sendo a partir dessa escolha consciente que o homem coloca objetividade em suas ações. É nesse sentido que Barroco afirma que liberdade, valor, consciência e alternativa estão articuladas (2009).

Conforme Barroco,

> A ética dirige-se à transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamentos, escolhas, motivações que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teleológica dos indivíduos, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano (2009 p. 170).

Nesse sentido, podemos analisar que a compreensão da ética nessa perspectiva sofre inúmeros ataques e desafios para se realizar no modo de produção capitalista, tendo em vista que a liberdade, a universalidade e os valores emancipatórios do gênero humano não condizem com a realidade de divisão e exploração de uma classe sobre a outra. No entanto, apesar dos limites impostos pelo

capitalismo, estes valores devem ser buscados na luta por sua efetivação, tanto na ação profissional como nas relações sociais dos indivíduos sociais, vislumbrando uma nova ordem social, sem exploração e dominação de classes.

2.1 ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O Código de Ética Profissional do Serviço Social vigente, desde sua aprovação em 1993, foi sendo construído a partir do amadurecimento das discussões que a categoria vinha realizando desde o movimento de renovação do Serviço Social e crítica ao serviço social tradicional e conservador. O Código de Ética de 1986 foi um marco no rompimento histórico com o conservadorismo dos códigos de ética da profissão e o Código de 1993 representa a materialização do projeto ético-político da profissão.

Neste sentido, o código de ética profissional tem o papel de orientar o exercício e a conduta profissional a partir de uma perspectiva teórico metodológica e ético - política, que dão uma direção social à profissão, construída coletivamente pelo conjunto da categoria.

Segundo Simões, os primeiros códigos de ética que surgiram foram uma forma de controle via órgãos estatais dos profissionais que lidam com a vida, foi uma forma de controle social em função da distinção entre interesses dos grupos e da sociedade em geral. A partir disso, os profissionais começaram a tomar consciência de que têm ou devem ter uma direção de valores que são coletivos, passando a pesquisar, conhecer, discutir e apreender comportamentos e repostas aos usuários que são profissionais. (2001 p. 69).

A ética profissional recebe determinações históricas que antecedem e influenciam a escolha profissional, visto que os valores são construídos em um processo de socialização primária, podendo ser reproduzidos e reforçados no cotidiano das relações sociais ou contestados, dependendo da objetividade da ação no processo de sociabilidade. (BARROCO, 2005 p. 68).

Barroco ainda reforça que o modo de ser da profissão é construído a partir das necessidades sociais postas historicamente à profissão e às respostas ético – morais

que serão dadas a partir destas demandas. No entanto, “a ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações fundantes extrapolam a profissão, remetendo as condições mais gerais da vida social” (2005 p. 69).

É importante compreender que as primeiras noções de valores e moral são construídas no decorrer da trajetória de vida e do processo de socialização dos sujeitos, cujos primeiros conhecimentos e valores são transmitidos pela família, pela comunidade e pelas instituições por onde passam, tais como escola, igreja entre outras. Todavia, esses valores são determinados partir da ideia de valor e moral do projeto societário hegemônico, que podem se contrapor aos valores e princípios éticos que fundamentam e dão a direção social da profissão.

Segundo Barroco,

> O que dá materialidade e organicidade à consciência ética dos profissionais é o pertencimento a um projeto profissional que possa responder aos seus ideais, projeções profissionais e societárias, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada. Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência, como parte integrante do mesmo (2009 p. 176).

O Serviço Social surge a partir da iniciativa da classe dominante e traz em sua gênese princípios conservadores que foram reproduzidos nos primeiros códigos ética. Porque, até então, a moralidade e os valores da profissão eram consensuais com a ordem social vigente. Os Códigos de Ética de 1986 e,posteriormente, de 1993 apresentam um rompimento com o conservadorismo. A concepção ética do código de 1993 “está articulada a valores éticos políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia; e ao conjunto de direitos humanos [...] defendidos pelas classes trabalhadoras, pelos segmentos sociais excluídos e pelos movimentos emancipatórios ao longo da história” (2009, p. 179).

A gênese dessa nova moralidade profissional ocorreu nos marcos dos anos 60 e 70 e sua construção está relacionada à participação política, no âmbito dos movimentos populares, da militância católica progressista, da aproximação com o marxismo e nas influências das vertentes críticas do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina , sendo a partir deste movimento que uma parcela

minoritária da profissão amplia sua consciência social, recusa a ordem burguesa e assume o compromisso com as classes trabalhadoras (BARROCO, 2001).

Diante dessa nova consciência de classe da profissão, o Serviço Social assume a opção política em defesa das classes trabalhadoras e busca uma nova moralidade e identidade profissional. A história da profissão mostra que a apropriação marxista no interior da profissão, em sua primeira aproximação, ocorreu de maneira superficial e o amadurecimento intelectual nessa perspectiva, de fato, se fortaleceu a partir dos anos de 1980. Desse modo, o Código de Ética de 1986 ainda apresentava fragilidades teóricas que foram superadas no Código de 1993. (BARROCO, 2001).

Nesse sentido, o Código de Ética de 1993, fundamentado teoricamente com o materialismo histórico dialético, traz um conjunto de valores e princípios que balizam o exercício profissional, o comportamento ético profissional e definem suas finalidades ético -políticas no âmbito do projeto ético -político. (BARROCO, 2012).

Finalidades que estão expressas nos 11 princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, a saber: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do autoritarismo, ampliação e consolidação da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia, posicionamento em favor da equidade e da justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, garantia do pluralismo, opção por um projeto profissional vinculado a uma nova ordem societária sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero, articulação com os movimentos de outras categorias que partilhem dos mesmos princípios e com a luta geral dos trabalhadores, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e o exercício do serviço social sem ser discriminado nem discrimina. (CFESS, 2012).

Nos dias atuais, vivenciamos tempos de barbárie, de retrocesso e precarização das políticas públicas, de percas de direitos da classe trabalhadora, de banalização da vida e dos direitos humanos. Questões que se colocam, mais do que nunca, como um desafio no cotidiano de trabalho do/a assistente social, na medida em que os profissionais têm o compromisso ético -político de resistir e lutar contra o retrocesso e a violação dos direitos humanos e sociais.

> Nesse contexto adverso ao neoconservadorismo, são dadas as condições ideológicas para a reprodução de valores pautados na defesa de relações autoritárias e de instituições adequadas à sua reprodução, com destaque para a família tradicional, para as instituições religiosas, policiais e seus representantes nas figuras das autoridades constituídas (BARROCO, 2009, p. 180).

Na atual conjuntura, observamos não apenas o avanço do conservadorismo, mas o extremismo que naturaliza barbáries, preconceitos, a violação dos direitos humanos na banalização da vida. Em tempos de pandemia, uma das maiores violações que tem ocorrido é o direito à vida, pois a mídia tem apresentado por meio de reportagens e entrevistas a difícil caminhada do Brasil no trato da pandemia com o negacionismo do presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, desde o início, com a gravidade da pandemia da Covid-19, criticando as medidas de prevenção contra a contaminação e desmotivando a vacinação da população por meio de constantes declarações reproduzidas pela mídia e agindo na contramão de tudo o que deveria ser evitado no combate à pandemia, quando deveria estar trabalhando e comandando ações pela preservação da vida da população. Pelo contrário, conforme Castilho e Lemos (2021, p. 272) “o governo Bolsonaro é marcado por uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora”.

Além disso, o presidente Bolsonaro em vários momentos desde o início de seu governo pronunciou-se sobre situações evidenciando preconceito, discriminação e desrespeito com o ser humano. Atitudes estas que encontram eco e são reproduzidas em diferentes espaços. Segundo Tejadas e Junqueira (2021) o projeto representado pelo governo Bolsonaro foi eleito com base no pensamento retrógrado amparado por igrejas neopentecostais, grupos militares e paramilitares de direita e nas elites conservadoras nacionais.

Concomitante a crise pandêmica, o país vive uma série de contrarreformas da previdência, administrativa e trabalhista, além da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os gastos públicos por 20 anos que, em conjunto, desmantelam os direitos trabalhistas, previdenciários e sucateiam o sistema de proteção social, a exemplos da educação e da saúde. Nesse sentido, as contrarreformas que já vinham ocorrendo no governo de Bolsonaro ganham força, como afirma Castilho e Lemos (2021, p.271) “a

aceleração das políticas ultraconservadoras e ultraneoliberais, encontram no governo de Jair Bolsonaro, um solo fértil para crescer e se alastrar sem medidas."

Nesse sentido, os profissionais de Serviço Social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, se deparam no cotidiano de seu trabalho com a precarização das políticas públicas e com vários tipos de violação de direitos, o que requer respostas profissionais condizentes com o projeto ético-político da profissão, apesar de todos os limites que se põem na atual conjuntura e pelos limites próprios à condição de trabalhador assalariado, que se expressa nas tensões das respostas às demandas institucionais que, muitas vezes, entram em conflito com o projeto de sociedade que dão a direção social à profissão e orientam a ação profissional.

É fato, o limite da sociedade capitalista no que diz respeito aos direitos sociais da população e que as estratégias e as ações no âmbito deste modo de produção são para a manutenção da relação de exploração próprias da ordem social vigente. No entanto, o horizonte do projeto profissional é a emancipação humana, condição que somente pode encontrar espaço de materialidade das dimensões teórico-metodológica e ético-política e técnico-operativa se as ações profissionais no cotidiano estiverem pautadas em uma teoria sólida que possibilita a análise da realidade concreta.

Em suma, podemos estabelecer que uma análise sobre a profissão e a conjuntura do país a partir da década de 1990 e início do século XXI, realizada por Barroco, cabe perfeitamente para a conjuntura atual, segundo ela, "sob o ponto de vista da ética profissional, esse contexto motiva ações de resistência, politicamente direcionadas ao enfrentamento dos limites postos a viabilização dos direitos e dos valores que orientam a ação profissional, o que implica diferentes estratégias e espaços de objetivação" (2009, p. 180).

3 CONCLUSÃO

Este artigo buscou trazer algumas reflexões sobre os desafios para objetivação do projeto ético-político profissional no atual contexto de retrocessos e de ameaças aos direitos sociais e humanos. Discutir a ética a partir de seus fundamentos históricos

é essencial para compreender a natureza do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social e a direção social que orienta a intervenção profissional.

Nesse sentido, percebe-se que no tempo presente lutamos não apenas contra os retrocessos, contra a precarização e o avanço do conservadorismo, mas principalmente contra o radicalismo e a naturalização da barbárie, o que requer dos profissionais de Serviço Social a reflexão crítica permanente e o aprimoramento intelectual, como uma das estratégias de resistência, de fortalecimento e qualificação da ação profissional no cotidiano, além da articulação com os movimentos sociais e o conjunto de trabalhadores em defesa dos direitos.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 3º. Ed. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. Fundamentos éticos do Serviço Social. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2010. Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 4.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** Conselho Federal de Serviço Social (org). São Paulo, Cortes, 2012.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luiza de Souza. **Necropolítica e governo Bolsonaro:** repercussões na seguridade social brasileira. Florianópolis, Revista Katálysis, vol 24. n.2 p. 269-279, maio/ago. 2021 disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361 acesso em: 23/08/2021.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10 ed. rev. e atual.; Brasília, Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

SIMÕES, Carlos. A Ética das profissões. *In*: **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis.** Dilsea Adeodata Bonetti et al (org.) 4 ed.; São Paulo, Cortez, 2001. p. 60-70.

TEJADAS, Silvia da Silva; JUNQUEIRA, Maíz Ramos. **Serviço Social e pandemia:** desafios e perspectiva para a atuação no sociojurídico. São Paulo, Serviço Social e

Sociedade n. 140, p. 101-117, jan./abril./2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.240 acesso em: 22/08/2021.